

## **Colônia Rio Uruguay, colonos-camponeses e a posse da terra [1920-50].**

**CARLOS FERNANDO COMASSETTO\***

### **A ocupação territorial de Santa Catarina**

Antes de existir legalmente, Santa Catarina luso-brasileira reduzia-se a um apertado retângulo de terras, com menos de dez mil quilômetros quadrados, com trezentos quilômetros de comprimento e com largura nunca superior a vinte quilômetros (SACHET, 2001:04). Em meados do século 16, o litoral catarinense serviu de apoio para as viagens a região do Rio da Prata. Nesse período, padres jesuítas, chefiados do padre Manuel da Nóbrega, pretenderam catequizar as sociedades aldeãs dos carijós. Diversos obstáculos foram postos pelas autoridades coloniais lusitanas a essas tentativas colonizadoras, logo abandonadas (SANTOS, 2004:33-38).

Em 15 de abril de 1662, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho, organizou expedição para fundar povoação na ilha de Santa Catarina, cidade do Desterro. Em 1684, Brito Peixoto, depois de sofrer naufrágio e outras dificuldades, fundou a povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. As quatro povoações, Paranaguá, São Francisco do Sul, Desterro, Laguna, formaram a base estrutural para a conquista portuguesa do sul do Brasil (PIAZZA, 1988:29-41).

Em 31 de agosto de 1746, o Conselho Ultramarino decidiu povoar o litoral sul do Brasil. Uma provisão régia, de 9 de agosto de 1747, determinou ao então governador da capitania da ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, que cuidasse em bem tratar os futuros habitantes da capitania, mandados buscar nas ilhas dos Açores. Em 1748, chegaram os imigrantes vindos daquele arquipélago. Era a primeira leva de povoadores camponeses do território catarinense. Em 1749, alvará real demarcou os limites interioranos da apenas criada Ouvidoria de Santa Catarina (BRANCHER, 2004: 88-89 e 180-183).

Em 1766, Antônio Corrêa Pinto, abastado escravista e negociante, capitão-mor do sertão de Curitiba instituiu uma vila, próxima ao caminho das tropas, na parte

---

\* Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo; Graduado em Bacharel e Licenciatura em História pela Universidade do Contestado (UnC-Concórdia); Professor contrato pela Faculdade de Tecnologia no Transporte (Fattep).

meridional catarinense. A vila mudou três vezes de local. Em 22 de maio de 1771, Corrêa Pinto lavrou a fundação da vila Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, que serviu para assegurar o caminho das tropas e garantir a posse na disputa territorial com a Coroa Espanhola (CABRAL, 1970: 54-76. SANTOS, 2004:44-46).

Em 1816, segundo Nery da Silva, em *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX*, de 2003, foi aberto o “caminho Novo de Vacaria” ou também chamado de “Estrada Real” ou “Caminho do Sul”. O autor descreveu a abertura de caminhos diversos utilizados pelos tropeiros, que ligavam Vacaria no Rio Grande do Sul, passando pela vila de Lages até Sorocaba em São Paulo. Nos planaltos de serra acima, povoados e futuras cidades nasceram dos pousos e invernadas das tropas e dos tropeiros (SILVA, 2003:74).

Segundo o historiador, Jaci Poli, a ocupação dos campos e matas do oeste catarinense estabeleceu-se em três fases. A primeira fase foi a de “ocupação indígena”, até meados do século 19. A segunda fase seria da “ocupação cabocla”. Nesse período, a população nativa foi em grande parte substituída por “caboclos”, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte de erva mate e o tropeirismo. Terceira e última fase foi a de “colonização”. Ela caracterizou ingresso na região, sobretudo de colonos-camponeses, mormente de origem alemã, italiana e polonesa (POLI, 1991:48).

O caboclo foi, inicialmente, em geral, um descendente nativo, distribuído, dedicado à economia de subsistência e ao extrativismo florestal, parcialmente incorporado à economia mercantil. Ele se originou, igualmente, do processo de miscigenação étnica que envolveu nativos, europeus lusitanos e trabalhadores escravizados. Para ele, a relação de apropriação da terra era através da posse. Ele a utilizava para sobrevivência, devido a sua condição social e econômica, enquanto as companhias colonizadoras não haviam barganhado junto ao governo catarinense títulos de propriedade para compra e venda de terra. (COMASSETTO, 2006:161-166).

### **A frente da frente de colonização**

No Alto Uruguai catarinense, o caboclo cultivava uma roça de subsistência. Do milho, eram e são feitos os principais elementos da comida típica cabocla: a canjica, a farinha e a *quirera*. A proteína animal provinha da caça e da pesca que era abundante. A extração de madeira e da erva mate eram as principais ocupações. As informações que dispomos sobre o uso de erva mate por parte de caboclos, para fins comerciais, no

período que estudamos, não indicam que tenham se valido dela para o seu sustento. De acordo com Custódio Ribeiro da Luz, na época da entrevista com 75 anos, morador rural em Concórdia “Não fazia erva pra vende, fazia só pro gasto, ninguém comprava. [...] Pelo amor de deus, o quê tinha de ‘ervera’”. No entanto esta atividade foi sucumbida à medida que as companhias se apropriaram da terra e a comercializaram.<sup>1</sup>

O projeto colonizador efetivou-se de forma planejada e amparado pelo Estado. Os neo-ocupadores do espaço passaram a adquirir terras de companhias colonizadoras particulares, formaram a frente agrícola e pecuária que expulsou, na maioria dos casos, de forma violenta ou não, o caboclo, obrigando-o a embrenhar-se nos sertões ainda não habitados. (RADIN, 2001:169).

Com o avanço das frentes colonizadoras, o caboclo deslocou-se para novas áreas, constituiu-se como a *frente da frente* de colonização. Portanto, a colonização do oeste e sudoeste catarinense deu-se, primeiro, pela expulsão das sociedades nativas aldeãs, depois, pela expulsão dos caboclos. Para José Carlos Radin, “a colonização não foi espontânea, mas sistemática e programada, feita a partir de interesses do Estado, das colonizadoras e especuladores”. Sob essa ótica, a glória do *desbravamento* cabe antes aos nativos e aos caboclos e apenas a seguir aos europeus e seus descendentes.

A lei Provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, com dezenove artigos, regulamentou a colonização por empresa particular. No artigo primeiro, dizia: “É permitida a Colonização por empresa, quer por Companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como a estrangeiros, [...]”. O artigo segundo estabeleceu a quantidade de terra que caberia ao colono: “Para estabelecimento de Colonos, qualquer Empreendedor poderá escolher terrenos, onde os houver devolutos,”. Todos os terrenos teriam mil braças de fundo e, de frente, sendo divididos de acordo com a família dos imigrantes.

---

<sup>1</sup> Cf. Entrevista com Custódio Ribeiro da Luz realizada em Concórdia, em 03 de abril de 2004. acervo do autor.

Tabela 1: Dimensões frontais dos lotes cedidos aos imigrantes.

Ocupante	Nº Filhos	Largura do lote
Colono solteiro	Zero	200 braças
Colono casado	Zero	300 braças
Colono casado	até 3	350 braças
Colono casado	acima de 3	400 braças

\*Uma milha = 1000 braças / Uma braça = 2,20 m;

Fonte: Lei provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, elaborada por Carlos F. Comassetto

No artigo terceiro do documento, a respeito do estabelecimento do colono, estava escrito que “metade da sorte de terras” ficava “desde logo pertencendo à propriedade do Empreendedor”. Estabeleceu-se igualmente o prazo para a propriedade pertencer ao colono: “[...] a outra metade no fim de dez anos ficará pertencendo ao Colono.” Pelo artigo sétimo, a partir da concessão, o empreendedor teria prazo de seis anos para medir, distribuir os lotes e demarcar o distrito da colônia. Não executados os serviços dentro deste prazo, os terrenos, seriam considerados devolutos.<sup>2</sup>

A demarcação dos limites entre a América Espanhola e América Portuguesa aconteceu com “o Tratado de Madrid, pactuado entre Portugal e Espanha, que em 13 de janeiro daquele ano [1750], constitui tentativa de solução pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América”. O artigo quinto do Tratado descreveu o limite entre o Brasil português e a Colônia espanhola. Determinou que a fronteira subiria do rio Uruguai pelo leito do seu afluente Peperi ou Pequiri, até encontrar o rio Iguaçu. Desde a assinatura do Tratado, inúmeros outros o sucederam, buscando precisar os limites hidrográficos dos dois domínios (MAESTRI, 2006:22).

A partir de 1853, a província do Paraná entrou também na disputa pelo território do planalto serrano, nas terras situadas, a oeste, entre o rio Iguaçu, o rio Uruguai e o rio Negro. Em 1881, o território compreendido desde o planalto catarinense até as matas argentinas foi palco de disputa entre Brasil e Argentina. Na Argentina, a disputa foi conhecida como *Cuestión de Misiones*, no Brasil, como *Questão de Palmas*. Durante o século 19, foram superados, por Brasil e Argentina, problemas territoriais, contudo

<sup>2</sup> Seção de Coleções Especiais [seces.cedi@camara.gov.br](mailto:seces.cedi@camara.gov.br) contato com Matie Nogi.

predominou uma rivalidade latente na busca por uma posição hegemônica no contexto sul-americano (CARVALHO, 2205:148).

Em última instância, a questão remontava os tempos do Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha. A dúvida estava na área compreendida entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, que hoje compreende parte do território oestino do Paraná e Santa Catarina. Embora o acordo assinado em 1895 tivesse posto fim à questão, a desconfiança, por parte das autoridades brasileiras, com um suposto descontentamento argentino persistia. Porém, a esperada invasão argentina desses territórios nunca aconteceu.

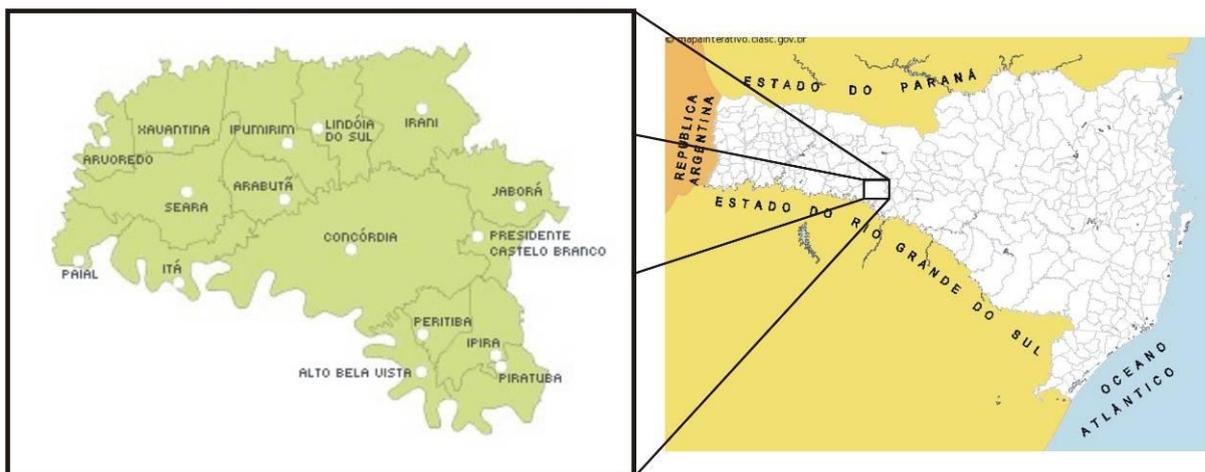
### **O Alto Uruguai catarinense**

O Estado de Santa Catarina está organizado em vinte umas associações de municípios com 293 unidades administrativas. Entre elas, a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), com dezesseis municípios e área superior a 332.6 milhões de hectares. Nos seus limites, no início do século 20, encontrava-se fauna de grande quantidade e valor, na qual se destacavam pequenos animais, como a anta, a capivara, o graxaim, a lebre, o tamanduá, o tateto, o tatu, e diversas espécies de aves.

A rica e diversificada cobertura vegetal da região foi percebida pelos colonos-camponeses e negociantes como fonte de riqueza, com suas *canelas*, *cedros*, *imbuías*, *perobas*, *pinheiros*, entre várias outras espécies igualmente valorizadas, geralmente exploradas pelas próprias empresas particulares de colonização ou madeireiras. Muitas dessas espécies tinham e têm valores medicinais, especialmente nas áreas próximas aos rios (WOLOSZYN, 2006:214).

Os rios Canoas e Pelotas, formadores do rio Uruguai, nascem a mais de 1.200 metros de altitude, nos reversos da serra Geral catarinense. O rio Canoas nasce ao norte, no centro de Santa Catarina, e o rio Pelotas, mais ao sul. Quando eles chegam em Celso Ramos, onde se juntam, formam o rio Uruguai, que desce rápido, formando corredeiras, grotas, cascatas, cachoeiras e peraus. Muitos trechos do rio Uruguai não são navegáveis, exceto quando as enchentes encobrem os saltos. Chove muito em todo o Alto Uruguai. A média anual da precipitação varia de 1250 a 2000 mm (ITÁ, 2005:23-58).

Mapa 1: Mapa do estado de Santa Catarina. Destacada a região do Alto Uruguai.



Fonte: [www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#](http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#) - acessado em 30/08/2006, às 10h00.

Atualmente, a região do oeste catarinense tem seus limites identificados, ao norte, pelo Estado do Paraná, ao sul, pelo Rio Grande do Sul, a oeste, pela Argentina (Província de *Misiones*) e, ao leste, pela região do Planalto de Santa Catarina. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina essa unidade espacial de mesorregião Oeste catarinense, composta pelas microrregiões Colonial e Oeste catarinense. Há estudos recentes que apresentam a região como exemplo de um bem sucedido sistema de integração, entre agricultura familiar e a grande agroindústria. Outros a analisam, nós concordamos, como uma região onde grande parte da população ligada à agricultura familiar conhece crescente exclusão social e econômica (MIOR, 2005:78, MARCHESAN, 2003:183).

Sobre os limites da Colônia Rio Uruguay, nosso objeto de estudo, em 14 de setembro de 2007, o senhor Álvaro Pille, juiz aposentado, concedeu-nos entrevista no hotel Alvorada, em Concórdia. Ele apresentou os limites naturais do que foi a Colônia Rio Uruguay, baseados em leitos de água. A divisão recua ao período imperial, dessa entrevista extraímos o seguinte trecho: “[...] por conta da história, a filha da baronesa de Goiás, extraconjugal com dom Pedro I, a baronesa de Limeira, quando havia contratado casamento, ela recebeu como dote uma área de terras” na seqüência identifica a área sendo “a margem direita do rio do Peixe, a Leste. Ao Sul a margem direita do rio Uruguai, ao Oeste a margem esquerda do rio Irany e ao Norte o divisor de águas da bacia do Uruguai com a bacia do Iguaçu”. Álvaro Pille segue propondo que “isto que

teria sido, né? E que pertencia ao estado do Paraná, tanto que tá ali, tú não precisa nem procura, é vê!”. A Colônia Rio Uruguay estaria inserido nesta *zona pecaminosa*.<sup>3</sup>

### **A Estrada de Ferro São Paulo Rio - Grande (EFSPRG)**

Após a Questão de Palmas, a estratégia do governo federal era a demarcação e ocupação das terras no Oeste e Meio-Oeste catarinense. Embora existissem na região grupos nativos, sobretudo, *coroados caingangues e botocudos choclengues*, foi apenas no início dos novecentos com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e sucessiva demarcação de terras por companhias particulares de colonização, que o Alto Uruguai catarinense passou efetivamente a ser ocupado de forma mercantil-capitalista (MACHADO, 2004:64-70). A frente considerada por historiadores como *pioneira*, ou seja, a frente de colonização alemã e italiana, proveniente do Rio Grande do Sul; o extrativismo vegetal da madeira e, sobretudo, da erva mate; a construção da ferrovia, etc. ensejaram a introdução e dominância de relações capitalista de produção no espaço geográfico do Alto Uruguai de Santa Catarina (HEINSFELD, 1996: 148).

No plano inicial, a EFSPRG teria 1.403 km de extensão. O engenheiro mineiro João Teixeira Soares, homem de múltiplos negócios, transferiu inicialmente parte dos direitos de concessão de construção da ferrovia à *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, de capital internacional misto, ingleses e franceses. O trecho entre Itararé e Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, foi transferido à Companhia União Industrial dos Estados do Brazil e, posteriormente, à Companhia EFSPRG. A *Compagnie Auxiliare de Chemins de Fer du Brazil*, de capital belga, arrendou o trecho Santa Maria – Cruz Alta. A Companhia EFSPRG teve assim reduzida sua concessão para apenas o trecho Itararé-Rio Uruguai, com extensão de 941 km (WOLFF, 2005:105-120).

Em 3 de abril de 1909, o presidente Afonso Pena inaugurou o trecho Porto União – Taguaral. A linha, com curvas desnecessárias, foi alongada ao máximo, segundo parece, com o objetivo de atingir maior área nas margens da ferrovia, ou seja, mais madeira para explorar. Em 17 de dezembro de 1910, a EFSPRG foi solenemente inaugurada. Após concluída a ponte provisória, de madeira, sobre o rio Uruguai, a linha férrea interligou Rio do Peixe, em Santa Catarina, com a estação Alto Uruguai, no povoado Marcelino Ramos, no lado rio-grandense.

---

<sup>3</sup> PILLE, Álvaro. Entrevista concedida em Concórdia em 14 de setembro de 2007, às 8h00.

A conclusão da obra utilizou mais de oito mil trabalhadores, que, com rústicos meios tecnológicos disponíveis, ergueram a sinuosa linha. Enquanto houve trabalho na construção da ferrovia, essa massa de trabalhadores se manteve ocupada. Ao término, a *Brazil Railway Company* não cumpriu seu compromisso de reconduzi-los às cidades de origem. Com esses desempregados, aumentou muito o número de moradores locais, rompendo-se o frágil equilíbrio social vigente, que já sofrera muito com a institucionalização da privatização da propriedade da terra. Sem ocupação, os trabalhadores tornaram-se posseiros e ergueram toscas moradias às margens do leito da ferrovia (RÜBENICH, 2002:55-57).

Escudada no Decreto nº 305, de 07 de abril de 1890, referente aos terrenos localizados a quinze quilômetros do eixo da ferrovia, a *Brazil Railway Company* requereu o direito de propriedade das terras ocupadas pelos posseiros. Os moradores ao recusarem a deixar o local, foram expulsos de forma violenta e ensejaram a Guerra no território Contestado. Para os trabalhadores, agora posseiros, EFSPRG passou a ‘estrada feita somente para roubar pro governo’ (AURAS, 1995:38-41).

A finalização da rede ferroviária determinou a abertura para fins de colonização de uma extensão de seis milhões de acres de terras no Paraná e em Santa Catarina. No artigo “A colonização do Vale do Rio do Peixe-SC: uma medida estratégica” de 14 novembro de 2007, o historiador Adelar Heinsfeld, propõe que, “[...] esta foi uma estrada de ferro eminentemente estratégica”. Segundo ele, o melhor traçado seria o Caminho das Tropas (atual BR 116) e a escolha foi por um traçado mais a Oeste, como ferrovia de defesa” (HEINSFELD, 2007).

### **Negócio com a terra**

Paralelamente, após a construção da ferrovia, as terras do Alto Uruguai catarinense foram sendo demarcadas pelas companhias particulares de colonização. Em 1883, a Empresa Colonizadora Luce-Rosa e Cia Ltda, constituída em Porto Alegre, adquiriu terras da baronesa de Limeira. A empresa apostou na valorização delas com a construção da estrada de ferro. Em 1913, a Luce-Rosa iniciou a demarcação na Colônia do Uvá, nas margens do rio Uruguai. A partir de 1915, intensificou a comercialização de lotes, com escritório na estação Barro, hoje município de Gaurama – RS (GERASUL-CSN, 2000:44).

Ao se tornar mercadoria, a terra passou a ter valor de troca. Cada vez mais foi percebida como fonte de renda. As terras não são apenas meio de produção, mas produtos com valor de mercado. A colonização tomou aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território. É este o caráter que vem reforçar a exploração agrária no Alto Uruguai catarinense.

O povoamento regional se caracterizou pelo escoamento de *excessos demográficos* provenientes das colônias sul-rio-grandenses. Houve a introdução de grupos familiares como participantes integrados na vida colonial, destinados unicamente à agricultura. O principal fator de atração utilizado pelas companhias colonizadoras foi o acesso à propriedade da terra (PRADO JÚNIOR, 2002:1195).

O objetivo das companhias particulares de colonização capitalista não poderia ser outro senão o lucro. No Alto Uruguai catarinense, a organização de núcleos colônias deixou de ter uma preocupação estratégica nacional e adquiriu caráter de valorização da terra, por meio do povoamento de regiões incultas ou despovoadas pelo elemento *branco*. A colônia é uma área destinada ao povoamento e à fixação de famílias de colonos-camponeses. Nela estabeleceu-se *um* modo de produção, onde o trabalho escravizado foi proibido, os proprietários se tornaram pequenos produtores agrícolas (GIRON, 1996:53).

Quando a colônia era grande, o governo do Estado de Santa Catarina permitiu que fosse explorada por uma só empresa colonizadora. O agente responsável pela exploração costumava subdividi-la em várias colônias, fazendas e ou propriedades, segundo o melhor tamanho para a operação. Foi o que fez a “Brazil Development and Colonization Company”, controlada pela “Brazil Railway Company”, com a extensão territorial denominada como colônia Rio Uruguay. O tamanho do lote vendido aos colonos que adquiriram terra, no sul do Brasil, conhecido como uma colônia de terra, equivalia a 24,2 hectares.

As empresas exploradoras do comércio de terras foram fixando-se no Alto Uruguai catarinense. Procedentes do Rio Grande do Sul, elas encaminharam milhares de famílias, sobretudo de teuto e ítalo-brasileiros de primeira e segunda geração. Entre as cidades sul-rio-grandenses que sediavam aquelas empresas particulares de colonização encontram-se: Carazinho, Caxias, Marcelino Ramos, Passo Fundo e Porto Alegre. A

colonização da região deu-se, sobretudo, apoiada na pequena propriedade colonial-camponesa, que permitiu aglomerado populacional mais denso.

O comércio particular da terra efetivou-se com a participação e conveniência de indivíduos ligados ao poder público estadual, o que ensejou contratos altamente vantajosos aos sócios das empresas colonizadoras. Em *A colonização do Oeste Catarinense*, de 2002, Alceu Werlang destaca que a partir de 1917, no oeste catarinense, a especulação imobiliária com contratos inicialmente beneficiou “políticos ligados ao então governador Hercílio Luz; inclusive seu filho Abelardo Luz”. O domínio privado e especulativo ocorreu em detrimento dos habitantes históricos da região, os nativos e os caboclos (WERLANG, 2002:09).

Quadro 1: Companhias colonizadoras na Colônia Rio Uruguay entre 1920 e1950.

<b>Empresa Colonizadora</b>	<b>Local de atuação</b>
Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande	Em toda a Colônia Rio Uruguay
Empreza Colonisadora Luce, Rosa & Cia. Ltda	Colônia do Uva (Ita), fazenda Sarandi, colônia Barra Grande, colônia Poço Rico
Empresa Moule	Não identificado
<i>Brazil Development and Colonization Company</i> , controlada pela <i>Brazil Railway Company</i>	Áreas próximas a EFSPRG
Ângelo de Carli & Cia	Colônia Irani e Fazenda Irani
Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão	Fazenda Rancho Grande
Colonizadora Brum	Fazenda Suruvy e fazenda Rancho Grande
Empreza Colonisadora Rio Branco Ltda	Colônia Anita Garibaldi e Colônia Rio Branco (Seara)
Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia	Colônia Rio Branco (Seara)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia	Propriedade do rio do Engano, colônia Concórdia e fazenda Sertãozinho

Fonte: Propagandas das companhias, caderno especial *Projeto Concórdia* da Secretária Municipal de Educação - 1994, pp. 4-7. Entre outros documentos.

## Terra é mercadoria

A respeito da valorização do capital, utilizando a terra como fonte de acumulação, durante a colonização “o objetivo não era apenas demarcar terras, mas acumular capital por meio da venda da terra”, portanto uma fonte de acumulação capitalista. Ressalta-se que o preço da terra não nasce, propriamente, do seu valor, pois, *virgem*, não o tem, já que não possui trabalho incorporado. Devido a sua necessidade para a produção, a terra entra no mercado, onde adquire preço, mesmo sem qualquer trabalho agregado, devido ao seu caráter limitado e, portanto, monopólico, por aqueles que a detém. Nesse sentido, a *terra virgem*, mesmo sem valor, adquire preço, devido à necessidade para a produção, no contexto do monopólio da sua propriedade (GOULARTI FILHO, 2007:79).

A apropriação da terra, para venda de colônias, constituiu uma forma de acumulação de capital, através da apropriação de parte do trabalho excedente, passado ou futuro do comprador – o colono-camponês. Nesse sentido, tratava-se de acumulação de capital através da exploração de produção mercantil não capitalista – a produção colonial-camponesa. Esse processo ensejou forte acumulação de capitais, em boa parte empregada, a seguir, em atividades claramente capitalistas.

Algumas companhias colonizadoras diferenciaram o valor por hectare (ha) da terra de mato da terra de campo. Foi estabelecida uma diferença sensível entre os dois tipos de terrenos. O preço sugerido, inicialmente, seria de vinte mil réis pelo hectare de campo e trinta mil réis pelo hectare de mato. Desta maneira, um colono-camponês, com propriedade de cem hectares de campo, assumiria uma dívida de dois contos de réis; com setenta e cinco hectares mistos, cerca de um conto e oitocentos mil-réis; e com cinquenta hectares exclusivamente de mato, algo em torno de um conto e quinhentos mil-réis.

Destaca-se o maior valor da mata, em relação à de campo, já que ela podia fornecer uma renda maior. Entretanto, o hectare de campo podia ser valorizado prontamente, através da agricultura ou pela criação de animais. Os preços propostos eram para o primeiro contingente de ocupantes das *terras vagas*. Com a concretização do núcleo colonial, os valores foram majorados proporcionalmente ao interesse dos compradores.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim. Caixa com informações da Empresa

No Alto Uruguai catarinense, nosso campo de estudo, desenvolveu-se uma colonização baseada no sistema venda de pequenas propriedades, voltadas sobretudo para a economia de subsistência e para a comercialização de excedente. Um processo que ensejou, como proposto, acumulação de capital, por parte das colonizadoras, e estimulou a formação de mercado consumidor interno, que se integrou rapidamente à economia regional e nacional, devido ao transporte ferroviário.

### **A categoria colono-camponês**

A primeira etapa econômica da colônia é a plantação para a sobrevivência do núcleo doméstico. Para João Carlos Tedesco, em *Terra trabalho e família: racionalidade produtiva do ethos camponês*, de 1999, “o colono é proprietário, é dono dos meios de produção e trabalhador; a família é o personagem central[...]”, continua o autor, “Não é possível encontrar, no *ethos* de colono, outra forma social de sobrevivência que não seja pelo trabalho” (TEDESCO, 1999:119).

Colonos-camponeses são pequenos proprietários de lotes coloniais. São trabalhadores rurais que *adicionam* valor, pelo trabalho, aos produtos que produzem, que podem, ou não, transformar-se em mercadorias. Entretanto, no processo de transformação crescente da produção colonial-camponesa em mercadorias, e crescente necessidade de aquisição de meios de produção e de subsistência no mercado, o colono-camponês conhece também crescentemente expropriação do seu trabalho, pelo capital comercial. Nesse processo, o colono-camponês, proprietário privado da terra inicialmente nua, e trabalhador aparentemente autônomo, se insere e se reconhece como personagem subalterno na sociedade capitalista.

Depois de derrubada a mata, ocorria à queimada, o preparo do solo, a plantação, e a colheita. Após o uso da terra, por diversos anos, abria-se uma outra roça. Uma tomada fotográfica da colônia Concórdia, parte da Colônia Rio Uruguay, em meados da década de 1940, ressalta esse aspecto. Em primeiro plano, os retratados posam estabelecidos na colônia para o fotógrafo que, calcula a distância, para garantir o enquadramento da extensa e produtiva lavoura, com a mata dominada ao fundo.

Foto 1: Família Andolfatto trabalhava na colheita do trigo na Colônia Concórdia-1940.

---

Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. Consultada em 7 de dezembro de 2007. Pasta colonização, folha nº 27.



Fonte: acervo Museu Municipal Hermano Zanoni – Concórdia S.C.

Na imagem com uma pequena foice na mão direita e um feixe de trigo na esquerda aparece Antônio Andolfatto. Ao fundo de camisa clara o filho José Andolfatto. A senhora de camisa xadrez é Felicita Andolfatto, a esposa do filho Antônio, nascido em 1942. Ao seu lado esquerdo está Rosa Andolfatto Brusco e a criança é o primo Avelino Simioni. No foto a família trabalhava na colheita do trigo próximo ao atual aeroporto municipal de Concórdia.<sup>5</sup>

A fotografia, com predomínio do tom sépia, obtida de um local mais elevado, permite a visão do entorno. A predominância do trigal, que ocupa a maior parte do retrato, transforma a mata intransponível em *coisa do passado*. É a mata que cede lugar para natureza modificada e construída, devido ao uso da força de trabalho da família colonial-camponesa. A imagem retratou a instalação e a vitória do colono-camponês e da sua família no novo meio. Demonstrou que o lugar adquirido e domesticado é seu.

Essa dinâmica de ocupação e dominação do meio foi registrada pelos fotógrafos itinerantes e serviu como meio de propaganda para as companhias colonizadoras. A proximidade com a viação férrea transformou-se em outro fator de valorização dos lotes. Tudo funcionou como uma *isca* para fisgar o colono-camponês para as terras oferecidas.

### **Plano de viação para a Colônia Rio Uruguay**

As vias de transporte eram de extraordinária importância para a valorização do lote colonial posto à venda. Em poucos, senão raros, casos, utilizavam-se a via fluvial e ramais ferroviários para o escoamento das mercadorias, realizado notadamente através

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 15 de novembro de 2009 por Pedro e Ema Andolfatto. Acervo do autor.

de ligações por meios terrestres. A importância da implementação de uma rede de viação de rodagem foi notável para a valorização das terras, para a produção agrícola, para o aumento da receita da empresa colonizadora e, sobretudo, após a ocupação do lote, para o aumento da renda do colono-camponês.

Para a construção das estradas e caminhos era utilizada comumente a mão-de-obra do colono-camponês. Com a venda da sua força de trabalho, o comprador do lote abatia no saldo da sua dívida colonial ou antecipava o pagamento dos impostos territoriais, como declarou Firmino Boiani, no momento da entrevista com 79 anos, colono-camponês, natural do distrito de Aratiba, “[...] prá í lá embaixo só se abri o mato [...] foi uns dez doze ano pra abri estrada. [...] fazia oito dia eu e oito o meu irmón, ía tudo mundo. Começa lá.” Em 1942, com catorze anos, ele chegou na Colônia Rio Uruguay.<sup>6</sup>

O início da estrada era determinado pela companhia e pela prefeitura que eram parceiras. Continua Firmino Boiani: “Quando terminava os dias, de lá pra baixo, nós tinha que fazê por conta, porque não tinha como chegá em casa. Oito dias por ano. Cada dez alqueire, era oito dia. Cada um tinha que fazê serviço de estrada”. O trabalho era efetuado até a divisa externa da propriedade. A abertura de estradas no interior da propriedade era responsabilidade de toda família do colono-camponês. Após oito dias de trabalho, a prefeitura entregava ao colono-camponês um recibo pelo serviço executado. Tal comprovante lhe permitiria obter desconto no pagamento do imposto. A não participação no serviço tornaria obrigatório o pagamento integral, em dinheiro, do imposto territorial.

Registre-se novamente que, ao pagar a abertura de caminhos com *terra*, que obtivera a preço vil ou, não raro, gratuitamente, a colonizadora embolsava grande parte do valor-trabalho empregado pelo colono-camponês na construção de vias de comunicação que ele devia fornecer necessariamente. Através do recurso descrito, a municipalidade obrigava igualmente ao colono-camponês a abrir caminhos, transformando o imposto em uma verdadeira corvéia municipal. As terras servidas por caminhos e estradas valorizavam-se, ensejando melhores negócios para as colonizadoras, na venda das terras que ainda detinham.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 02 de julho de 2007. Acervo do autor.

## Considerações finais

Nas primeiras décadas do século 20, no sul do Brasil, a busca pela propriedade da terra adquiriu características peculiares. O excedente populacional nas ditas “colônias velhas”, no Rio Grande do Sul, sobretudo, filhos de imigrantes, vislumbraram, primeiramente, no noroeste sul-rio-grandense e, posteriormente, no sudoeste de Santa Catarina, a condição para aquisição de um lote colonial.

Ao observarmos a introdução, ano após ano, de colonos-camponeses, constatamos que esta política matematicamente deu bons resultados. O investimento no contingente de colonos-camponeses, economicamente excedentes, trouxe resultados positivos para os especuladores fundiários. Também merece investigação o destino da renda gerada pelo comércio de terras. Até onde pesquisamos, uma parte teria sido direcionada para localidades na serra sul-rio-grandense, sobretudo em Caxias do Sul e região, outra parte para projetos de colonização no sudoeste e norte do estado do Paraná.

Como primeiro desafio da nossa pesquisa, procuramos identificar o nome do espaço no território pesquisado, conhecida popularmente como Propriedade Rio do Engano e ou Colônia Concórdia. De acordo com a Tabela 5, através de nossa investigação nas escrituras de compra e venda de lotes coloniais, concluímos que as glebas anteriormente citadas, conforme o Mapa 5, fazem parte da Colônia Rio Uruguay. Nós identificamos, salvo engano, todas as companhias colonizadoras que atuaram na Colônia Rio Uruguay, no período compreendido entre 1920 e 1950.

### Referências bibliográficas.

AURAS Marli. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

BRANCHER, Ana. ARENDE, Sílvia M. F. (orgs). *História de Santa Catarina: a séculos XVI e XIX*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2 ed. ver. at. Companhia Brasileira de Artes, Rio de Janeiro: Laudes S.A., 1970.

CARVALHO, Haroldo L. *A trama da integração: soberania e identidade do Cone Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

COMASSETTO, Carlos F.; BISON, Cleonice; FAVERO, Márcio; DALLA ROSA, Zelir. A história de Concórdia no período anterior a sua emancipação. In ZOTTI, Solange A. (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Universidade do Contestado (SC) UnC-HISED. 2006.

GERASUL, CSN, Itambé. Itá: memória de uma usina. Itá: Takano. 2000.

- GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe –SC*. Joaçaba: UNOESC, 1996.
- ITÁ - *Memória de uma Usina* - Consórcio Itá Tractebel Energia S.A. Produzido entre agosto e outubro de 2000. Florianópolis: Expressão Sul, 2004. pp. 23 – 58.
- MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. V. 1 - A ocupação do território - Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MARCHESAN, Jairo. *A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 2 ed. ver. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. In Cadernos do CEOM. Ano 5, nº 7. Chapecó (SC), abril 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (intérpretes do Brasil – volume três)
- RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense*. 2 ed. ver. ampl. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.
- RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. *Marcelino Ramos: a guerra e o pós-guerra do Contestado*. Erechim: São Cristóvão, 2002.
- SACHET, Celestino & SACHET, Sérgio. *Histórias de Santa Catarina: o Contestado*. Florianópolis: Século Catarinense, 2001.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- SILVA, Nery Luiz Auler da. *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX*. Passo Fundo: 2003.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WERLANG, Alceu. *A colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.
- WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhos de barro: a ferrovia do norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.
- WOLOSZYN, Noeli. *Os trabalhadores do rio: balsas e balseiros do Alto Uruguai. 1930-1960*. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2006. [Dissertação de mestrado].